

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.667 - RJ  
(2018/0179360-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE** : **EPCOR REPRESENTAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E**  
**CORRETAGEM DE SEGUROS-ME**  
**ADVOGADOS** : **RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS E**  
**OUTRO(S) - RJ112211**  
**MARCOS SILVÉRIO DE CARVALHO - RJ138122**  
**EMBARGADO** : **FAZENDA NACIONAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL.

1. O aresto embargado contém fundamentação suficiente para demonstrar que: a) mostra-se desnecessário o prévio exaurimento das diligências para localização de bens do devedor para se efetivar a penhora *online*; e b) a discussão acerca da infringência ao princípio da menor onerosidade enseja o revolvimento da matéria de fato, providência inviável em sede de recurso especial em razão do óbice contido na Súmula 7/STJ.
2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator